

**ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UMA PERSPECTIVA
TRANSDISCIPLINAR ENTRE A LINGÜÍSTICA SISTÊMICA
FUNCIONAL E A CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA**

*Viviane de Melo RESENDE
(Universidade de Brasília)*

ABSTRACT: *Critical Discourse Analysis (CDA) is a transdisciplinary perspective of language in social life that is situated at the interface between the Critical Social Theory and the Systemic Functional Linguistics. This paper's aim is to favor the reflection about this transdisciplinary relation and about the advances that the blurring of these borders can bring. The transdisciplinarity is necessary to approaches that investigate language use in society, since there is not an external relation between language and society, but a dialectic one. The blurring of disciplinary borders' brings to Linguistics the anchorage in theoretical perspectives concerning social structure and social action, and propitiates for Social Sciences a frame for textual analysis. CDA, then, surpasses the division between research inspired by Social Science, which tends not to analyze texts, and research inspired by Linguistics, that tends not to engage with sociological theoretic questions.*

KEY-WORDS: *Critical Discourse Analysis , Systemic Functional Linguistics, Critical Social Science.*

1. Introdução

“Apenas a investigação interdisciplinar poderá lograr que relações tão complexas pareçam mais transparentes. Em uma investigação desse tipo, a análise de discurso, e mais concretamente a Análise de Discurso Crítica (ADC), não é mais que um dentre os elementos de múltiplos enfoques de que necessitamos. Não apenas devemos concentrar-nos nas práticas discursivas, mas também devemos nos ocupar de uma ampla gama de práticas materiais e semióticas. Desse modo, a investigação em ADC deve ser multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica” (Wodak, 2003: 103).

A Análise de Discurso Crítica (embora o termo ‘Análise de Discurso Crítica’ se proponha um *corpo* teórico e um *conjunto* de métodos, refiro-me aqui especificamente à proposta de ADC de Fairclough, que será o foco de minha reflexão) é uma abordagem transdisciplinar da linguagem na vida social que se situa na interface entre a Ciência Social Crítica (CSC) e a Lingüística Sistêmica Funcional (LSF). O objetivo deste trabalho, de cunho teórico, é favorecer a reflexão acerca dessa relação transdisciplinar e dos avanços que o rompimento dessas fronteiras pode trazer. A transdisciplinaridade é necessária a abordagens que investiguem o uso da linguagem em sociedade, pois não há uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética. O rompimento das fronteiras disciplinares traz à Lingüística a ancoragem em perspectivas teóricas acerca da estrutura e da ação sociais, e propicia para as Ciências Sociais um arcabouço para análise textual.

Este ensaio apresenta-se dividido em duas seções teóricas. Na primeira delas, abordo algumas das relações entre ADC e LSF, sobretudo da perspectiva da multifuncionalidade lingüística e da categoria ‘modalidade’. Em seguida, enfoco a operacionalização de conceitos da CSC na ADC, especificamente no que se refere às práticas sociais e à dialética entre estrutura social e ação. Por fim, apresento breves considerações finais.

2. Análise de Discurso Crítica e Lingüística Sistêmica Funcional

Os estudos funcionalistas têm por objetivo, além de estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem, investigar a interface entre as funções sociais e o sistema interno das línguas. A compreensão das implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. A relação entre as funções da linguagem e a organização dos sistemas lingüísticos é, para Halliday (1973), um traço geral da linguagem humana, pois tais sistemas são abertos à vida social. Daí a necessidade de se estudarem os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais.

A variação funcional não é apenas uma distinção de usos da linguagem, é algo fundamental para sua organização, uma propriedade fundamental da linguagem. Em outras palavras, de acordo com os pressupostos da LSF, as funções da linguagem não são apenas extrínsecas, mas integradas à organização básica da linguagem. As abordagens funcionais da linguagem têm enfatizado seu caráter multifuncional e, nesse sentido,

Halliday (1991) registra três macrofunções que atuam simultaneamente em textos: ideacional, interpessoal e textual.

A função ideacional da linguagem é sua função de *representação* da experiência, um modo de modelar a ‘realidade’ na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana por meio de relação simbólica. Essa função trata da expressão lingüística do conteúdo ideacional, presente em todos os usos da linguagem – independente do uso que se faz da linguagem, os recursos ideacionais são explorados em seu potencial para expressar um conteúdo.

A função interpessoal refere-se ao significado da perspectiva de sua função no processo de interação social, da língua como *ação*. Essa função, que trata dos usos da língua para expressar relações sociais e pessoais está presente em todos os usos da linguagem, assim como a função ideacional.

A terceira função proposta por Halliday é a textual: aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional, uma vez que a seleção de estruturas textuais relaciona-se a contextos sociais de interação. A gramática é o mecanismo lingüístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções lingüísticas, realizando-as em estrutura unificada.

As três macrofunções são inter-relacionadas, e quaisquer textos podem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas lingüísticas não ‘selecionam’ funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado.

Em seus modelos de análise de discurso, Fairclough tem-se apropriado da LSF, propondo expansões na teoria de acordo com seus propósitos analíticos. Em 1992, em *Discourse and social change*, Fairclough sugeriu a cisão da função interpessoal de Halliday em duas funções separadas, a função identitária e a função relacional. A função identitária da linguagem “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; a função relacional, por sua vez, refere-se a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (Fairclough, trad. 2001a: 92).

A justificativa apresentada para essa modificação na teoria está relacionada à importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades, que não é captada pelas

funções tal como apresentadas por Halliday, uma vez que a função de identidade é marginalizada “como aspecto menor da função interpessoal” (Fairclough, trad. 2001a: 209). Resulta que, para Fairclough, a ênfase na construção desvela a importância da função identitária na linguagem, porque os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade dizem respeito a seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social.

Embora a análise linguística em ADC baseie-se na LSF, Chouliaraki & Fairclough (1999: 139) alertam que as relações entre as duas disciplinas ainda são limitadas, tendo em vista o potencial do diálogo que poderiam estabelecer. Em suas palavras:

“A ADC com a qual trabalhamos tem muito a ganhar com o estreitamento de sua relação, ainda limitada, com a LSF (essa relação, até o momento, tem sido restrita ao uso da gramática sistêmica do inglês para análise de textos), não apenas em termos de uso da LSF como recurso para análise, mas também na direção de um diálogo teórico.” (Chouliaraki & Fairclough, 1999: 139)

Em *Analyzing discourse*, Fairclough (2003) cumpre a tarefa de ampliação do diálogo teórico entre a ADC e a LSF. Para tanto, ele propõe uma articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Fairclough operou essa articulação tendo como ponto de partida não as macrofunções tal como propostas por Halliday (as funções ideacional, interpessoal e textual), mas a sua própria modificação anterior da teoria, ou seja, as funções relacional, ideacional e identitária. Quanto à função textual, embora em seu livro de 1992 Fairclough a tenha incorporado (“Halliday também distingue uma função ‘textual’ que pode ser utilmente acrescentada a minha lista” [Fairclough, trad. 2001a: 92]), em 2003 ele rejeita a idéia de uma função textual separada, prefere incorporá-la ao significado acional: “não distingo uma função ‘textual’ separada, ao contrário, eu a incorporo dentro da ação” (Fairclough, 2003: 27; veja uma discussão mais detalhada em Resende & Ramalho, 2006).

A operacionalização dos três significados mantém a noção de multifuncionalidade presente na LSF, uma vez que Fairclough enfatiza que os três atuam simultaneamente em todo enunciado. Ele explica que o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional pois a ação legítima/ questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional; o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária.

Fairclough (2003) propõe uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos – gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. A análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social – eventos, práticas, estruturas. Então, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado são realizados em traços lingüísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos. Gêneros, discursos e estilos ligam o texto a outros elementos do social – as relações internas do texto a suas relações externas –, por isso a operacionalização desses conceitos mantém o cerne do pensamento de Halliday (Resende, 2005).

Em suas apropriações da teoria da LSF, analistas de discurso não se têm limitado à aplicação de conceitos e categorias; ao contrário, têm operacionalizado a teoria de acordo com os propósitos da ADC (Wodak, 2003). Isso é o que caracteriza a relação transdisciplinar. Um bom exemplo de operacionalização é a categoria ‘modalidade’. Segundo Halliday (1985: 75), a modalidade é “o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz”. Para esse autor, a modalidade associa-se a “um traço semântico essencial”: a polaridade. A polaridade é a escolha entre positivo e negativo, como na oposição ‘é/ não é’; e a modalidade, para Halliday, são as possibilidades intermediárias entre sim e não, ou seja, os tipos de indeterminação situados entre os pólos.

Em proposições (trocas de informação), o significado dos pólos positivo e negativo é afirmar e negar (‘isso é assim’/ ‘isso não é assim’), sendo

que há dois tipos de possibilidades intermediárias: os graus de probabilidade e os graus de frequência. Os graus de probabilidade variam, por exemplo, entre ‘possivelmente’, ‘provavelmente’, ‘certamente’; ao passo que os graus de frequência variam, por exemplo, entre ‘às vezes’, ‘normalmente’, ‘sempre’ (Halliday, 1985, p.86).

Em propostas (trocas de “bens e serviços” para Halliday, 1985: 86), o significado dos pólos positivo e negativo envolve prescrever e proscriver, respectivamente (‘faça isso’/ ‘não faça isso’), e há também dois tipos de possibilidades intermediárias, nesse caso relacionados à função do discurso. Em uma ordem, os pontos intermediários entre a prescrição e a proscrição representam graus de obrigatoriedade, variando como no *continuum* permitido/ esperado/ obrigado. Em uma oferta, os pontos intermediários representam graus de inclinação, como em desejoso de/ ansioso por/ determinado a.

Para Halliday (1985), a modalidade refere-se especificamente aos graus intermediários entre os pólos positivo e negativo em proposições, ou seja, os graus de probabilidade (possível/ provável/ certo) e frequência (esporádico/ usual/ freqüente). Para o caso das escalas de obrigatoriedade (obrigatório/ permitido/ proibido) e inclinação (desejoso/ ansioso/ determinado), Halliday (1985: 86) sugere o termo *modulação*.

Ao retomar a teoria de Halliday acerca da modalidade, Fairclough (2003: 168) modifica-a. Um primeiro ponto que distingue as duas perspectivas é que Fairclough elimina a distinção entre modalidade e modulação, unificando os processos sob o título de modalidade. Para ele, “a questão da modalidade pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem *afirmações, perguntas, demandas* ou *ofertas*”. Afirmarções e perguntas referem-se à troca de conhecimento (a troca de informação de Halliday); demandas e ofertas referem-se à troca de atividade (a troca de bens e serviços de Halliday), sendo que todas essas funções discursivas relacionam-se à modalidade. Em trocas de conhecimento, a modalidade é *epistêmica*, refere-se ao comprometimento com a ‘verdade’; em trocas de atividade, a modalidade é *deontica*, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade.

A segunda distinção entre as perspectivas de Halliday e Fairclough acerca da modalidade diz respeito aos pólos positivo e negativo. Halliday (1985: 86) define como modalidade “os graus intermediários entre os pólos positivo e negativo”, de modo que as proposições polares (asserção e negação absolutas) ficam fora do estudo da modalidade. Fairclough (2003), ao contrário, assume uma categoria ampla de

modalidade, que inclui os pólos. Nesses casos, Fairclough sugere uma *modalidade categórica*. Além disso, Fairclough desenvolve a reflexão acerca das distinções temporais, como as distinções entre pode/ poderia e deve/ deveria, que coincidem com a distinção entre hipotético e não-hipotético.

Acrescenta-se uma outra distinção, entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva. Na modalidade objetiva, a base subjetiva do julgamento está implícita: não fica claro qual o ponto de vista privilegiado na representação, se “o falante projeta seu ponto de vista como universal ou age como veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo” (Fairclough, trad. 2001a: 200). Na modalidade subjetiva, a base subjetiva para o grau de afinidade com a proposição é explicitada, deixando claro que a afinidade expressa é do próprio falante.

A importância do estudo da modalidade para o significado identificacional decorre do fato de a modalidade ser entendida como a relação entre o/a autor/a de um texto e a representação. A modalidade é relevante na construção discursiva de identidades porque “o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades” (Fairclough, 2003: 166; veja o quadro 7 em Resende & Ramalho, 2006: 82).

Mas o processo de identificação sempre é afetado pelo processo de relação social, o que implica que escolhas de modalidade são significativas na identificação, mas também na ação e na representação – em um exemplo claro da dialética entre os três aspectos do significado. Nesse sentido, Fairclough (2001b) propõe uma relação entre modalidade e hegemonia: o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas. O conceito de hegemonia em ADC é baseado em propostas da CSC. Algumas relações entre ADC e CSC são discutidas na seção a seguir.

3. Análise de Discurso Crítica e Ciência Social Crítica

Os estudos discursivos têm atraído atenção de pesquisadores/as de diversas áreas da ciência social contemporânea. Segundo Fairclough (2000), esse interesse deve-se, por um lado, a teorias recentes da modernidade, amplamente centradas no papel da linguagem na vida social moderna, e, por outro lado, à “virada lingüística na vida social recente” propriamente dita (Fairclough, 2000: 164). Isto é, tais teorias sociais baseadas na linguagem (a chamada virada lingüística

na teoria social) estão na esteira de um processo concreto vivenciado nas práticas sociais contemporâneas: a vida social é cada vez mais mediada por textos e o papel de textos na vida social é cada vez mais saliente em todos os campos da atividade humana, como por exemplo a cultura, a política e a economia (Fairclough, 2006).

Embora essas abordagens teóricas da ciência social baseadas na linguagem e no discurso ajudem a iluminar a questão de como a linguagem adquire maior visibilidade nas práticas sociais – sendo portanto muito enriquecedoras para a discussão do discurso na sociedade –, não elaboram investigações empíricas dos modos como essa relação discurso/ sociedade se concretiza na prática social (Chouliaraki, 2005). Essa lacuna é preenchida pela Análise de Discurso Crítica (ADC). A ADC propõe-se um corpo teórico da linguagem na modernidade que, alimentada na ciência social crítica, apresenta um foco mais específico nos modos como a linguagem figura na vida social, e um conjunto de métodos para a análise lingüística de dados empíricos, entendendo o texto – em sentido amplo: escrito, oral, visual – como unidade mínima de análise (Wodak, 2003b). Isso ilustra em que medida a ADC constitui-se uma ponte entre a CSC e a LSF, de cada qual tomando o necessário para o debate focalizado no papel da linguagem nas sociedades hodiernas, explicitamente no que tange a problemas sociais parcialmente discursivos (volto a esse tema a seguir)

Em ADC, a linguagem é percebida como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (Fairclough, 2003). Trata-se de uma proposta capaz de mapear relações entre os recursos lingüísticos utilizados por atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se situa. Para atingir tal objetivo, análises discursivas críticas não consideram textos como objetos de investigação isolados. Sobre isso, Wodak (2003a) esclarece que:

“Uma explicação plenamente ‘crítica’ do discurso requer uma teorização e uma descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto como das estruturas e processos sociais nos quais os indivíduos ou grupos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos.”
(Wodak, 2003a: 19)

Para dar conta dessa relação com a CSC em termos teóricos e dessa dimensão crítica assumida em termos práticos – ou seja, para se configurar uma prática teórica crítica no seio da Linguística (Resende, 2005) –, a ADC busca o conceito de práticas sociais, um dos conceitos basilares da ADC, ao lado do de discurso (Resende & Ramalho, 2006). Para Fairclough (2000: 167), a análise das práticas sociais constitui um foco “teoricamente coerente e metodologicamente efetivo” porque permite conectar a análise das estruturas sociais à análise da (inter)ação, o que busca superar a improdutiva divisão entre teorias da estrutura e teorias da ação.

É a CSC que provê à ADC um arcabouço para a compreensão da vida social como constituída de práticas e redes de práticas. Toda prática social é composta de elementos que se articulam e não podem ser reduzidos um ao outro. Essa perspectiva da vida social é recontextualizada do Realismo Crítico de Bhaskar (1989). O Realismo Crítico considera a vida (social e natural) um sistema aberto, constituído por várias dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica –, que têm suas próprias estruturas distintas, seus mecanismos particulares e poder gerativo (Bhaskar, 1989; Chouliaraki & Fairclough, 1999). Na produção da vida, social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada por outros, de tal forma que nunca se excluem ou se reduzem um ao outro.

Segundo a operacionalização da ADC do Realismo Crítico, os momentos constituintes de uma prática social são discurso, atividade material, relações sociais e fenômeno mental. O discurso é visto como um momento da prática social ao lado de outros momentos que também devem ser privilegiados na análise (para uma discussão específica da operacionalização do Realismo Crítico em ADC, veja Ramalho, no prelo).

O conceito de práticas sociais é trazido do Materialismo Histórico-Geográfico de Harvey (1996). Para esse autor, o discurso é apenas um elemento do social entre outros – relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/ valores/ desejos e instituições/ rituais – que, assim como os demais momentos, internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles.

De Bhaskar, além da concepção do mundo estratificado, a ADC capta a conceituação da vida social como um sistema aberto; de Harvey, a noção de mundo social como constituído de práticas e redes de práticas articuladas em relações dialéticas. A dialética assegura que hegemonias são articulações em relativa permanência, dada a relação entre estrutura e ação social. Os atores sociais não são apenas pré-posicionados pelas

estruturas, são capazes de relativa autonomia na realização de sua ação social, de modo que a ação social é constrangida por estruturas mas pode também transformar estruturas, incluídas as identidades e relações sociais (Gramsci, 1995 [1955]; Laclau & Mouffe, 2004; Chouliaraki & Fairclough, 1999).

As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana. É importante ressaltar que nessa ontologia se mantém, da teoria de Harvey, a noção essencial de que esses elementos da prática, embora em relação de internalização, não podem um se reduzir ao outro. Isso significa que a análise de discurso deve ocupar-se também dos demais momentos da prática, visto que o discurso os internaliza assim como é internalizado por eles. Por isso, para Wodak (2003b: 31) “a ADC destaca a necessidade do trabalho interdisciplinar a fim de obter uma adequada compreensão do modo como opera a linguagem”.

A operacionalização dessa perspectiva ontológica é tão fundamental para a ADC que resultou na revisão do modelo proposto para análise de discurso. A modificação do modelo é clara quando se comparam os enquadres de Fairclough (1992, trad. 2001a) e de Chouliaraki & Fairclough (1999). Sobre o modelo tridimensional de ADC proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992, Resende & Ramalho (2004) enfatizam que:

“Apesar de o conceito de prática social estar presente na abordagem teórica, observa-se, no modelo tridimensional de ADC, a centralidade do discurso. Nesse modelo, o discurso como produto recebe tratamento mais central que aquele a ele dispensado no desenvolvimento da elaboração teórica apresentado em 1999. A análise da prática social se dá pelo texto. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais.” (Resende & Ramalho, 2004: 189)

Já no enquadre de 1999, como resultado da relação transdisciplinar com a CSC, o conceito de prática social passa a ser central à compreensão do mundo social e às análises discursivas em ADC. Nessa perspectiva, o discurso é visto como *um* momento da prática social ao lado de outros três momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem

ser privilegiados na análise. Por meio de análise de amostras discursivas historicamente situadas pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática no discurso.

Nessa proposta, o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. O movimento da concepção da “linguagem como prática social” (Fairclough, trad. 2001a: 90) para a concepção da “linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (Fairclough, 2003: 3) é sobretudo, para Resende & Ramalho (2004), um movimento do discurso para as práticas sócio-discursivas:

“O diálogo crescente entre a Lingüística e a Ciência Social Crítica, nas bases teóricas da ADC, foi determinante no processo de abertura da disciplina, que culminou no movimento da centralidade do discurso para a percepção de discurso como um momento de práticas sociais.” (Resende & Ramalho, 2004: 202)

Uma implicação direta desse movimento é que as análises em ADC precisam atentar para as articulações entre os elementos constituintes das práticas sócio-discursivas analisadas, não se podem centrar apenas na linguagem e no semiótico, sob risco de perderem de vista internalizações relevantes para a compreensão das relações entre a instância discursiva analisada e a construção/ reprodução/ contestação de estruturas de poder e dominação. Em termos de escopo e aplicação, a ADC acrescentou aos estudos lingüísticos um interesse na investigação do aspecto discursivo de práticas problemáticas na vida social contemporânea (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Nesse sentido, a “dimensão crítica relaciona a ADC com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (Magalhães, 2005: 6), e uma consequência disso é a incorporação de questões que antes pareciam alheias ao campo da Lingüística.

4. Considerações finais

A transdisciplinaridade não é apenas útil, mas também necessária a abordagens que pretendam investigar o uso da linguagem em sociedade. Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo

como ação situada, que é constituída socialmente, mas também é constitutiva de identidades, relações sociais e ideologias. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética.

O rompimento das fronteiras disciplinares entre a Lingüística e as Ciências Sociais traz avanços para ambas. Por um lado, favorece, para a Lingüística, a ancoragem das análises em perspectivas teóricas acerca da estrutura e da ação sociais; por outro lado, propicia, para as Ciências Sociais, um arcabouço para análise textual. Nesse sentido, a ADC realiza o objetivo de transcender a divisão entre a pesquisa inspirada pela Ciência Social, que tende a não analisar textos, e a pesquisa inspirada pela Lingüística, que tende a não se engajar com questões teóricas das Ciências Sociais. Isso porque a análise textual é concebida não apenas como a análise das relações internas, mas também das relações externas de textos, isto é, de suas relações com outros elementos de eventos, práticas e estruturas sociais. Esse arcabouço para análise textual, somado a teorias sobre a articulação de elementos em práticas sociais, pode constituir ferramenta poderosa para pesquisas em linguagem que não se isentem do enfoque social, e para pesquisas em Ciências Sociais que não se furtem reconhecer a relevância da linguagem nas práticas sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- BHASKAR, R. 1989. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead : Harvester Wheatsheaf.
- CHOULIARAKI, L. 2005. Media discourse and the public sphere. *D.E.L.T.A.* 21 (especial): 45-72.
- CHOULIARAKI, L. & N. FAIRCLOUGH. 1999. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FAIRCLOUGH, N. 1989. *Language and power*. New York: Longman.
- _____. 2000. Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*. 4(2): 163-195.
- _____. 2001a. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. 2001b. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: C. Magalhães. Ed. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.
- _____. 2003. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research.

- London: Routledge.
- _____. *Language and globalization*. Oxon: Routledge, 2006.
- GRAMSCI, A. 1995 [1955]. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HALLIDAY, M.A.K. 1973. The functional basis of language. In: B. Bernstein. Ed. *Class, codes and control*. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____. 1985. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold.
- _____. 1991. Context of situation. In: M.A.K.Halliday & R. Hasan. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. London: Oxford University Press.
- HARVEY, D. 1996. *Justice, nature and the geography of a difference*. London: Blackwell.
- LACLAU, E. & C. MOUFFE. 2004. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- MAGALHÃES, I. 2000. *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus.
- _____. 2005. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.* 21 (especial): 1-10.
- RAMALHO, V. no prelo. Diálogos teórico-metodológicos: Realismo Crítico e Análise de Discurso Crítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*.
- RESENDE, V. M. 2005. Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Universidade de Brasília. Publicada em T.E.L.A. 3, Textos em Lingüística Aplicada. Publicação eletrônica da *Revista Linguagem & Ensino*.
- RESENDE, V. M. & V. C. S. RAMALHO. 2004. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (dis)curso*. 5 (2): 185-208.
- _____. 2006. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- WODAK, R. 2003a. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Bracelona: Gedisa.
- WODAK, R. 2003b. El enfoque histórico del discurso. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Bracelona: Gedisa.